ATA DA 88ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 7 DE OUTUBRO DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR

1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)

2º SECRETÁRIO: VEREADOR HENRIQUE CARBALLAL (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO, estando licenciado o vereador FÁBIO SOUZA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Veto parcial n. 24/19 do Executivo Municipal; Substitutivo ao Projeto de Lei n. 45/19 da vereadora Marta Rodrigues; Projetos de Lei n.s 328/19 do vereador Odiosvaldo Vigas, 329/19 do vereador Geraldo Júnior, 330 e 331/19 do vereador Marcos Mendes, 332/19 da vereadora Lorena Brandão, 333/19 da vereadora Aladilce Souza, 334/19 do vereador Marcos Mendes, 335/19 do vereador Luiz Carlos Suíca, 336/19 do vereador Hélio Ferreira, 337/19 da

Comissão de Legislação Participativa e 338/19 do vereador Geraldo Júnior; Projetos de Indicação n.s 1.078/19 do vereador Orlando Palhinha, 1.079 a 1.092/19 da vereadora Ireuda Silva, 1.093/19 do vereador Beca, 1.094 a 1.097/19 da vereadora Marcelle Moraes, 1.098/19 do vereador Teo Senna, 1.099/19 do vereador Isnard Araújo, 1.100 e 1.101/19 da vereadora Ireuda Silva, 1.102 e 1.103/19 do vereador Sidninho, 1.104 a 1.106/19 do vereador Luiz Carlos Suíca, 1.107/19 do vereador Geraldo Júnior e 1.108 a 1.114/19 da Comissão de Legislação Participativa; Projetos de Resolução n.s 161/19 da vereadora Aladilce Souza, 162/19 da vereadora Marta Rodrigues, 163/19 do vereador Odiosvaldo Vigas, 164/19 do vereador Maurício Trindade, 165/19 do vereador Henrique Carballal e 166 a 168/19 do vereador Geraldo Júnior; Requerimentos n.s 200/19 do vereador Joceval Rodrigues, 201/19 do vereador Duda Sanches e 202/19 do vereador Ricardo Almeida; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 91/19 do vereador Sílvio Humberto, 92/19 da vereadora Lorena Brandão e 93/19 do vereador Teo Senna; e Moções n.s 115/19 da vereadora Aladilce Souza, 116 e 117/19 do vereador Alexandre Aleluia, 118/19 da vereadora Marta Rodrigues e 119/19 da vereadora Aladilce Souza. Terminada a leitura do Expediente, na **Tribuna Popular**, o senhor Gustavo Mercês, da Rede de Consumo Seguro e Saúde, destacou o perfil democrático do senhor presidente. Explicou que a Rede reunia 18 órgãos, dos três níveis de governo, e fiscalizava produtos, sobretudo para crianças, pela prevenção de acidentes. Expôs haver produtos certificados que podiam causar problemas. Destacou o papel do Conselho Tutelar e a atuação da secretária Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude, Rogéria Santos. Contou ser servidor público e elogiou a postura da Casa sobre os servidores e o papel dos servidores. Expôs sobre a eleição para o Conselho Tutelar, no dia anterior. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Sidninho disse que faria denúncia formal sobre a eleição para o Conselho Tutelar, na qual observou direcionamento político. Disse que o Conselho Tutelar fora acuado e que a Guarda Civil fora impedida de atuar por decisão de Secretaria

municipal. O vereador Marcos Mendes ratificou o discurso do vereador Sidninho, contando que estivera na eleição. Criticou os Governos estadual e municipal por falta de segurança no evento. Salientou o papel do Conselho Tutelar junto às crianças, rejeitando sua politização ou dogmatização. Saudou os conselheiros, colocando-se à disposição deles. O senhor presidente elogiou o vereador Maurício Trindade por atuação sobre irregularidade em loja. O vereador Moisés Rocha apontou "absurdos" na eleição para o Conselho Tutelar, como o transporte de eleitores por entidade religiosa, dizendo esperar que a Prefeitura não apoiasse isso. Pediu que a Casa ouvisse os envolvidos no processo em uma Comissão Especial de Inquérito (CEI). O vereador Luiz Carlos de Souza destacou ser a Semana Nacional de Redução de Desastres e mencionou obra, fruto de emenda sua, para evitar desabamento. Afirmou que as denúncias trazidas sobre a eleição para o Conselho Tutelar eram infundadas e explicou que a concentração de ônibus, tomada como referência para tanto, se devia a problemas de trânsito, sobre o qual pedira a intervenção de gestor público. Pediu respeito à democracia e parabenizou todos os envolvidos na eleição, elogiando a secretária Rogéria Santos. O senhor presidente registrou ter se mobilizado para realizar reunião conjunta de Comissões a respeito do Projeto sobre empréstimo da Prefeitura, cuja votação era prevista para o dia seguinte. Lembrou que os gestores do Executivo convidados para tratar do Projeto estariam na Casa às 15h30. Pela ordem, o vereador José Trindade lembrou o acordado sobre a vinda de outros gestores e pediu que a votação fosse adiada. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza lembrou ter pedido vista do Projeto do empréstimo e indagou a respeito. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), vereador Alexandre Aleluia, disse que haveria Parecer sobre o Projeto, e a vereadora Aladilce Souza disse querer nova vista sobre isso. Dando seguimento aos **Comentários à Tribuna Popular**, a vereadora Aladilce Souza destacou o trabalho da Rede e contou já ter visto, como enfermeira, uma criança morrer por causa de um simples brinquedo. Relatou ter recebido denúncias sobre transporte de eleitores e boca-de-urna na eleição para o

Conselho Tutelar e pediu apuração a respeito, defendendo o papel dos conselheiros e sua atuação livre de direcionamento político ou religioso. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior, como líder do Governo, comentou sobre a não-realização da reunião das Comissões, a qual estimou que poderia se realizar no dia seguinte. Em comunicação inadiável, o vereador Edvaldo Brito pediu que seu voto ao Projeto de Lei n. 298/19, do Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), aprovado na Sessão anterior, fosse registrado na Ata referente a essa Sessão, com a explicação de que sua posição era contrária ao teor do Projeto, porém seu voto fora favorável por consideração ao senhor presidente. Agradeceu a presença dos pares na missa por seu aniversário. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior informou que os gestores municipais convidados já estavam na Casa para expor sobre as obras a serem realizadas com os recursos do empréstimo previsto no Projeto a ser votado. Ainda nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador José Trindade comentou sobre obra da Prefeitura, no valor de 12 milhões e 800 mil reais, que desabara. Apontou impropriedades no consórcio responsável pela obra e destacou a difícil situação das muitas pessoas que tiveram suas casas desapropriadas em função da obra. Pediu que a Casa tratasse do assunto e criticou a Prefeitura. O vereador Sílvio Humberto associou-se aos comentários sobre problemas na eleição para o Conselho Tutelar, observando que os mesmos partidos que, em outras esferas, se posicionavam favoráveis à redução da maioridade penal demonstravam interesse na eleição para esse órgão. Estimou um bom trabalho para os eleitos para o Conselho. O senhor presidente informou sobre seu Projeto de Lei para a possibilidade de ingresso, em estabelecimentos como estádio de futebol, com produtos adquiridos externamente, contando ter entrevistado, em seu programa de rádio, o presidente do Esporte Clube Bahia, Guilherme Bellintani, e salientando o preço alto dos produtos vendidos na Arena Fonte Nova. Pela ordem, o vereador Teo Senna comentou sobre seu Projeto de Indicação para a revitalização da Rua do Corpo Santo, tradicional área de comércio de artigos esportivos. No **Pinga-**

Fogo, a vereadora Marta Rodrigues pediu que fosse registrado, na Ata da Sessão anterior, seu voto contrário ao Projeto de Lei n. 278/19, do vereador Alexandre Aleluia, que estabelecia a adesão do Município de Salvador à Política Nacional de Alfabetização. Afirmou que esse Projeto, ao ser votado, não tinha parecer da CCJ. Lembrou sobre pactuação anterior sobre o não-ingresso na pauta de projetos que não tivessem o aval dos líderes, indagando aos líderes presentes se haviam avalizado a votação desse Projeto. O vereador Sílvio Humberto respondeu que não. O senhor presidente esclareceu que essa questão fora decidida no Colégio de Líderes, na manhã do dia da votação. Prosseguindo, a vereadora Marta Rodrigues lembrou que a bancada do Governo tinha maioria e pediu que não mais se votasse Projeto sem Parecer da CCJ e de comissão temática, que, neste caso, apontou ser a Comissão de Educação. Salientou o papel do parlamento de debater. O senhor presidente respondeu à oradora que os presidentes da CCJ e da Comissão de Finanças e Orçamento lhe garantiram que havia Pareceres dessas Comissões ao Projeto. Contou que, naquela Ordem do Dia, também não constava Projeto da vereadora Ana Rita Tavares que, por acordo, deveria constar e que ele próprio inserira esse Projeto, em respeito ao acordado. Disse que também inserira o Projeto do vereador Alexandre Aleluia e que a Ordem do Dia, com essas inserções, fora assinada pelo 1º secretário e pela 2ª secretária, que eram, naquele momento, respectivamente, os vereadores Orlando Palhinha e Ana Rita Tavares. Pediu que houvesse uma atenção maior do Plenário a esse tipo de situação. Pela ordem, o vereador Alexandre Aleluia reafirmou que a CCJ fizera Parecer sobre o Projeto de sua autoria. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza afirmou que a reunião do Colégio de Líderes não tinha *quorum* e, pois, não fora oficial e que a conversa não se dera sobre a votação do Projeto em tela. Expôs mandamento regimental sobre os Projetos serem lidos para estarem na Ordem do Dia. O vereador Sílvio Humberto lembrou a posição do senhor presidente favorável à atuação das comissões temáticas e questionou como um Projeto sobre adesão a plano nacional de educação não passara pela Comissão de Educação. A vereadora

Ana Rita Tavares, sobre a assinatura que dera como componente da Mesa, expôs que os documentos que chegam para assinatura são presumidamente aptos a gerarem efeitos jurídicos e considerou não ter sido, aquele momento, propício para tal assinatura. O senhor presidente afirmou que equívocos podem acontecer e que, se procedesse o que estava sendo sustentado sobre a votação anterior, ele anularia toda a Ordem do Dia. Afirmou ainda que passaria a cobrar, no Colégio de Líderes, a subscrição dos representantes. Esclareceu que não pedira análise sobre efeitos jurídicos, mas sim, assinaturas, e afirmou que confiava no vereador Alexandre Aleluia, o qual afirmava a existência de Parecer. Lembrou ser defensor da atuação das comissões temáticas. Concluindo sua fala, a vereadora Ana Rita Tavares destacou o respeito ao senhor presidente e disse que fazia a defesa do seu papel como membro da Mesa. Opinou que fosse anulado apenas o que estivesse eivado de nulidade. O senhor presente respondeu que, pela lógica defendida, o Projeto da vereadora Ana Rita Tavares também estaria eivado de nulidade, pois não constava originalmente da Ordem do Dia e fora por ele incluído. Relatou que o vereador Sidninho lhe informara sobre Projeto de autoria dele que também fora inserido na pauta, sem pedido do autor na ocasião, apenas por força do que anteriormente havia sido acordado. O vereador Edvaldo Brito, respondendo a consulta do senhor presidente, comentou sobre os dois pressupostos regimentais aplicáveis à questão. Explicou que o primeiro era o ingresso da Proposição, a qual era publicada e, assim, dada ao conhecimento de todos, e que o segundo era a existência de pareceres, que via presentes neste caso. Prosseguiu dizendo que esses elementos permitiam o ingresso do Projeto na pauta, cuja elaboração sublinhou ser da lavra do presidente da Casa. Disse dar razão à vereadora Marta Rodrigues quanto a ela registrar seu voto contrário e que, em conclusão, estava de acordo com o senhor presidente. O senhor presidente agradeceu ao orador e expôs os Pareceres sobre o Projeto, afirmando que a matéria era vencida e que adotaria um rigor maior sobre apresentações de projetos, exigindo requisitos regimentalmente estabelecidos. Pela ordem, o vereador Marcos Mendes defendeu

a atuação da Comissão de Educação no Projeto. Citando o princípio do aproveitamento dos atos administrativos, pediu que não se anulasse toda a Ordem do Dia. Disse que o Projeto em tela se relacionava ao antigo Projeto do *Alfa & Beto*, pelo qual o prefeito se desculpara. O senhor presidente lembrou projetos polêmicos que foram votados por acordo e afirmou que, no presente caso, o acordo pela votação do Projeto prevalecia à sua não-tramitação na comissão temática. Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto observou que recebera uma Ordem do Dia sem aquele Projeto e sugeriu que mudanças na Ordem do Dia fossem anunciadas aos líderes. O senhor presidente lembrou que a Ordem do Dia tinha assinaturas de edis da base e da Oposição. Prosseguindo, o vereador Sílvio Humberto relatou que os oposicionistas eram cobrados em rede social sobre a votação dos projetos e considerou que a informalidade aplicável a projetos de indicação não se aplicava a um Projeto daquela monta. O senhor presidente reiterou as explicações já expostas e observou que havia aceitado discussão sobre a Ata quando isso já era intempestivo. Pela ordem, a vereadora Ana Rita Tavares destacou sua consideração pelo senhor presidente e observou que o Projeto de sua autoria, por ele inserido Ordem do Dia, tinha os três Pareceres necessários para tanto. Pela ordem, o vereador Teo Senna parabenizou o vereador Alexandre Aleluia pelo seu Projeto aprovado e agradeceu os votos da Oposição. Pela ordem, o vereador Sidninho sublinhou que os votos da Oposição eram contrários ao Projeto do vereador Alexandre Aleluia, e o senhor presidente determinou o registro desses votos contrários, referentes a toda a bancada de Oposição. Em observância ao acordo relativo à vinda dos gestores do Executivo à CMS, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO